

## A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE UMA UNIVERSIDADE CONFESSIONAL E COMUNITÁRIA (ANOS 1980)

*The institutionalization of a Communitarian and Confessional University  
(1980s)*

**Luis de Souza Cardoso**

Global Ministries of The UMC

---

**Resumo:** Este artigo trata do caso da institucionalização da Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep), uma Universidade confessional e comunitária que, entre os anos 1989-1992, vivenciou um processo pioneiro de construção da sua Política Acadêmica, baseada num método coletivo-participativo-dialético, firmando-se como uma Universidade de caráter democrático, com espírito público (ainda que legalmente de direito privado), pautada na busca de concretizar a articulação ensino-pesquisa-extensão, como marca fundamental do seu projeto pedagógico. Sua identidade estabeleceu-se nesse processo e movimento da Política Acadêmica, a qual preconiza qualidade do ensino e qualidade política, fundamentada numa ética-valorativa de “construção da cidadania enquanto patrimônio coletivo da sociedade civil” como sua utopia e razão de ser. O método utilizado na pesquisa, de forma exploratória, baseou-se na Teoria Fundamentada nos Dados combinado com narrativa historiográfica.

**Palavras-chave:** Política Acadêmica; Universidade confessional comunitária; Construção da cidadania; Unimep.

**Abstract:** This article briefly describes the institutionalization of the Methodist University of Piracicaba (UNIMEP), a communitarian and confessional university that, from 1989 through 1992, experienced a pioneering process while building its Academic Policy, based on a collective-participatory-dialectic method, establishing itself as a democratic university, with a public spirit (although governed by private law), based on the goal of integrating teaching, research and outreach activities as a fundamental characteristic of its teaching project. Its identity was established during that process and movement of Academic Policy, which advocates teaching and political quality, based on the ethical value of “building citizenship as a collective heritage of the civil society” as its utopia and reason of being. The research is exploratory, and its method was based on the Grounded Theory and on historiographical narrative.

**Keywords:** Academic Policy. Communitarian and confessional university. The construction of citizenship. UNIMEP.

---

## Introdução

Este artigo, derivado de uma tese de doutorado<sup>1</sup>, trata do caso da institucionalização da Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep), uma universidade confessional e comunitária que, entre os anos 1989-1992, vivenciou um processo pioneiro, com a construção da sua Política Acadêmica (PA) aprovada no Conselho Universitário (Consun) em 24 de abril de 1992, quando raramente se falava sobre isso no contexto universitário brasileiro. A Unimep firmou-se então como uma Universidade de caráter democrático, coletivo-participativo, com espírito público, ainda que legalmente de direito privado, pautada na busca de concretizar a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, pilar da Constituição Cidadã de 1988, Art. 207, como marca fundamental do seu projeto pedagógico.

O método utilizado na pesquisa, de forma exploratória, baseou-se na Teoria Fundamentada nos Dados combinado com narrativa historiográfica. Os dados foram obtidos de documentos do arquivo histórico institucional e entrevistas semiestruturadas intensivas, com protagonistas do movimento da PA. No processamento e análise dos dados foi empregado o *software* para tratamento de pesquisa qualitativa Atlas.ti – *Archive for Technology, the Life world and Everyday Language – Text Interpretation*.

Devemos ressaltar que a conjuntura da Unimep mudou substancialmente entre o final da década dos 80 e os dias atuais, tendo passado por diversas fases na sua história e organização. Na última década esta Universidade vem enfrentando o que podemos inferir como um complexo processo de desconstrução neoliberal; entretanto esse aspecto não foi objeto da nossa pesquisa, nem o será no presente trabalho.

## Situando historicamente a Unimep

Para situar a Unimep a partir de suas raízes mais profundas, na referida tese estabelecemos um quadro historiográfico compressivo mais longo, retornando, ainda que em síntese, ao nascedouro da Educação Metodista na Inglaterra do século XVIII.

O movimento metodista nasceu a partir de jovens estudantes da Universidade de Oxford. Seus principais líderes foram os irmãos John Wesley e Charles Wesley. John iniciou sua carreira de estudos e, posteriormente, magistério naquela Universidade em 1720, aceito no *Christ College* (Escola de Teologia). Ali obteve

graduação em 1724 e, três anos depois, também o título de *Magister Artium*. De 1726 a 1734 tornou-se *fellow* do *Lincon College* e *Lecturer in Greek, Lecturer in Logic*. Concomitantemente, entre 1730 e 1735, também *Lecturer in Philosophy*. Sua vida esteve ligada à Universidade, pelo menos, até 1751. Nascimento (2003) demonstra o modo como John Wesley fora influenciado pelo Iluminismo e como isso repercutiu em sua visão de mundo, particularmente em relação à educação, impulsionando-o a envolver-se com projetos educativos, os mais diversos, durante toda a sua vida, legando esse compromisso ao movimento metodista até os nossos dias.

Para Josgrilberg (2003) essa atmosfera educacional e a trajetória universitária de Wesley marcaram o seu pensamento teológico definitivamente. “John Wesley via a Igreja fundamentalmente em sua dimensão pública e, essencialmente, como ‘educadora’. Para ele, a interpenetração entre missão e educação era a coisa mais natural do mundo” (JOSGRILBERG, 2003, p. 66).

É considerada a primeira escola metodista a *Kingswood School*, fundada por John Wesley em 1748 em Kingswood (atualmente Lansdown, Bath). Ainda que haja uma discussão quanto a ser ou não certo considerar essa como sendo, de fato, a primeira escola metodista, trata-se do único projeto educativo que sobrevive em funcionamento até os nossos dias, mantida por uma Fundação (*Kingswood School Foundation*) com participação mista, formada por representantes da comunidade e da Igreja Metodista da Grã-Bretanha.

Antes da *Kingswood* houve outros projetos educacionais no movimento metodista nascente, como por exemplo, a *Foundry* ou Escola da Fundição, de 1739, em Londres, que foi estabelecida no antigo edifício que albergara a Fundição do Rei desde 1684 – uma antiga fundição de bronze para fabricação de canhões – cujo edifício fora comprado por John Wesley. Ocorre que a *Foundry*, embora fornecesse classes para crianças pobres e alfabetização para adultos, não foi estabelecida somente como uma ‘escola’, mas como um complexo de serviços sociais para atender aos pobres, que incluía um dispensário médico e a primeira capela Metodista em Londres. Ainda, outro projeto educacional que pode ser invocado como precursor da *Kingswood* foi estabelecido nos arredores de Bristol, em 1739, para fornecer iniciação nas artes do ler e do escrever para crianças pobres e os filhos dos mineiros. No entanto, esse projeto foi encerrado pouco tempo depois.

Depois da breve menção do nascedouro do movimento educacional metodista, passamos pela história da criação das primeiras universidades metodistas nos Estados Unidos da América, no final do século XVIII e ao longo do século XIX. A primeira escola metodista desse lado do Atlântico foi o *Cokesbury College* (1784), em Abingdon, Maryland, posteriormente transferido para Baltimore e extinta em 1796. Entretanto, em 1836, seria criada a primeira escola de educação superior metodista, a

*Wesleyan College*, em Macon, Georgia, pioneira em aceitar mulheres como estudantes e em funcionamento até os nossos dias. Por volta da época da Guerra Civil americana, já eram cerca de duas centenas de escolas, faculdades e universidades Metodistas nos Estados Unidos.

Outra iniciativa relevante na Educação Metodista nos Estados Unidos foi a criação do Senado Universitário (*University Senate*), em 1892, que efetivamente se constituiu na primeira organização privada de acreditação universitária nos Estados Unidos, até os nossos dias em funcionamento.

Seguindo o movimento de fundação das primeiras instituições metodistas de educação, chegamos à América Latina. Nesse continente, a partir da segunda metade do século XIX, foram fundadas as primeiras escolas: o Instituto Mexicano Madero (1874), na Cidade do México, posteriormente transferido para Puebla, do qual se originou a Universidade Metodista Madero; o Centro Educativo Latino-americano (1875), em Rosario, Argentina, do qual se originou a Universidade do Centro Educativo Latino-americano (UCEL). Atualmente são cerca de duas centenas de escolas metodistas e várias universidades presentes na maioria dos países da América Latina (AL) e do Caribe.

Ainda na penúltima década do século XIX, esse movimento educacional metodista também chega ao Brasil, com a fundação de sua primeira escola, o Colégio Piracicabano (1881) pela professora Miss Martha Hite Watts, missionária educadora oriunda dos Estados Unidos, como resposta ao convite dos líderes liberais e republicanos dessa região, dentre os quais, diretamente envolvidos os irmãos Moraes Barros, Manoel e Prudente de Moraes (que se tornaria posteriormente o primeiro presidente civil da República).

Do Colégio Piracicabano, derivaria em 1964, a fundação das Faculdades do Instituto Educacional Piracicabano (1964), popularmente conhecidas como “ECA” – Economia, Ciências Contábeis e Administração de Empresas. As faculdades evoluíram, outros cursos superiores foram criados, tornando-se nos dez anos seguintes no embrião da criação da Unimep (1975).

A Unimep é oficialmente considerada a primeira universidade metodista criada na AL, embora outros cursos superiores isolados tenham chegado a existir antes dela, por iniciativas de outros colégios metodistas existentes em vários países da AL. Mesmo no Brasil houve um projeto que tentou iniciar uma Universidade Metodista a partir do Instituto Granbery, em Juiz de Fora, MG, com a criação de diversos cursos superiores a partir de 1889, mas que finalmente foi descontinuado no começo dos anos 1930, como descreve a tese “Universidade Metodista – sonhos e descaminhos” (SHÜETZER, 2005).

Portanto, esse apanhado geral que nos remete ao legado histórico do movimento metodista na educação, onde quer que tenha se estabelecido ao redor do mundo, nos dá uma ideia dos fundamentos que estiveram na base do surgimento da Unimep, como parte dessa tradição e legado. À medida que o movimento metodista se expandiu pelo mundo, um fenômeno recorrente o acompanhou, mediante a criação de Igrejas (representados por seus templos) e Escolas ('templos' do conhecimento e da emancipação humana), muitas delas florescendo lado a lado.

Desse modo, na tradição wesleyana, a escola e a igreja, apesar de serem duas instituições distintas, cujas naturezas não se confundem – a Igreja vinculada à fé e a certeza religiosa; a Escola vinculada à dúvida metódica, à investigação e construção de novos conhecimentos, à ciência e à razão –, ambas instituições encontraram, no movimento metodista modos de convergência e convivência num projeto comum, visando à emancipação humana, e cada qual das duas aportando as contribuições que lhes fossem inerentes às suas especificidades.

## **A formação da Unimep**

Encontram-se disponíveis diversos trabalhos que se dedicam à Unimep como tema, abordando diferentes aspectos da Universidade. Entretanto são poucas as pesquisas dedicadas à formação dessa universidade. Dentre esses trabalhos, reputamos como o estudo mais consistente a tese de Silva Júnior (1992), mas que se limita até o final da primeira gestão da reitoria da Universidade, em 1978. Também contribuem para a compressão de um quadro mais geral as pesquisas de Oliveira (1983) e Fleuri (1988). De caráter mais narrativo, o livro do jornalista Cecílio Elias Netto (1994) também oferece muitos detalhes que ajudam a formar o quadro histórico do desenvolvimento da Unimep desde a criação da ECA.

A criação dos primeiros cursos superiores do Instituto Educacional Piracicabano (IEP), em 1964, foi uma tentativa de resposta à crise institucional do antigo Colégio Piracicabano, o qual, no início dos anos 1960, encontrava-se imerso em graves problemas financeiros, os quais chegavam a ameaçar a sua continuidade. A Direção Geral da época basicamente enxergou na educação superior uma oportunidade de buscar a superação de tais problemas e garantir o futuro da instituição. Mas a conjuntura educacional do País também era vista como um elemento favorável para aventurar-se pelo campo da educação superior naquele momento.

Silva Júnior (1992) demonstrou que a tendência estabelecida no período de 1955-1965 privilegiava a educação superior privada no País, cuja “capacidade mais que duplicou em relação ao corpo docente e à matrícula efetiva” (SILVA JÚNIOR,

1992, p. 51); entretanto, a educação superior no País “mantinha continuada a tendência de elitização [...] e potencializava – uma vez que a preponderância política nos Conselhos era das escolas particulares – a privatização do ensino superior” (SILVA JÚNIOR, 1992, p. 54).

Um aspecto que favoreceu a criação de cursos superiores no IEP, como apontam Silva Junior (1991) e Netto (1994), era a potencialidade do mercado educacional superior especificamente na cidade de Piracicaba e na microrregião de sua influência, que carecia da implantação de novos cursos superiores. De fato, era um antigo anseio da elite econômica da cidade que, apesar de ser conhecida naquela época como a “cidade das escolas”, era servida apenas pelo curso de Agronomia, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiróz (Esalq), e pelo o curso de Odontologia, da Faculdade de Odontologia de Piracicaba (FOP).

Assim, coincidentemente com o malfadado golpe militar, o IEP sob liderança do Reverendo Chrysantho César, seu diretor, e com assessoria do ilustre professor Paulo Guaracy Silveira, abria em 1º de abril de 1964, o primeiro vestibular das Faculdades Isoladas do IEP, precursoras da Unimep. Apesar da insegurança conjuntural que reinava no cenário nacional naquele momento, os exames foram oferecidos para os 200 candidatos inscritos, que disputaram as 160 vagas nos cursos de Economia, Ciências Contábeis e Administração de Empresas (NETTO, 1994, p. 19, 43).

Logo após a Reforma da Educação de 1968, aproveitando-se da porta aberta pelo governo militar, as Faculdades Isoladas do IEP fizeram uma intensa movimentação na direção de criar novos cursos, em variadas áreas do saber, transformando-se, assim, no início dos anos 1970, em Faculdades Integradas do IEP, num claro movimento que já demonstrava a intenção de alçar voos mais altos, notadamente na direção do estabelecimento de uma Universidade. O que de fato aconteceu em 1972, a instituição ingressou no então Conselho Federal de Educação (CFE) com o processo para criação da Universidade, que viria a ser reconhecida por aquele Conselho em 10 de outubro de 1975 (Parecer do CFE, nº 4027/1975), e homologado o reconhecimento por Decreto do Presidente da República em 17 de dezembro de 1975 (Decreto nº 76.860).

A respeito do período que antecede a criação da Unimep, as análises de Silva Júnior (1991) apontam que:

Nos dois momentos institucionais do IEP no ensino superior (Faculdades Isoladas e Faculdades Integradas), a instituição figurou como um partido ideológico próximo do governo militar, orientada política e ideologicamente no sentido da legitimação da ordem política, social e econômica (SILVA JÚNIOR, 1991, p. 176).

Mas, apesar desse perfil institucional, como apontado por Silva Júnior (1991), já podiam ser identificados em alguns setores da comunidade acadêmica da ECA, discentes e docentes com traços de inconformismo e questionamentos ao *status quo* (NETTO, 1994). Essa postura inconformada e contestatória, pelo menos em parte da comunidade acadêmica, muitas vezes se chocava e explicitava a contradição com o modelo de gestão institucional, administrativa ou acadêmica, representado nos dirigentes institucionais e em setores da própria liderança da Igreja Metodista, caracterizados por postura mais autoritária, conservadora e centralizadora.

Por suas peculiaridades, e para fins do nosso estudo, subdividimos o processo de formação da Unimep em cinco etapas. Obviamente nos limites do presente artigo vamos apresentar sumariamente essas etapas e suas principais características.

Numa *primeira etapa* das Faculdades Isoladas do IEP (1964-1971), o projeto institucional era visto pela instituição e suas lideranças como uma oportunidade de negócios, na esteira da expansão privatista da educação superior, favorecida pelo Estado. A gestão administrativa e acadêmica era exercida de forma centralizada e autoritária, nos moldes do que acontecia com o próprio País, sob o regime militar. A instituição estava conformada ao *status quo* e correspondia ao processo socioeconômico e político brasileiro do momento. “O processo educativo não assumiu relevância frente aos problemas decorrentes da crise financeira” (UNIMEP, 1992, p. 16).

Na *segunda etapa*, a formação das Faculdades Integradas do IEP (1972-1975) refletia a expansão da instituição de acordo com projeto de privatização da educação superior no País. Perduravam também as características da centralização autoritária da gestão, com uma estrutura institucional ajustada à Lei nº 5.540/1968, que fixava as normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, de acordo com um modelo pedagógico tecnicista, o que mais tarde será qualificado como um modelo de instituição “neoprofissional, heterônomo e competitivo” (SGUISSARDI, 2003). Essa era uma das características do período pós-68, que buscava excelência na formação do estudante para o mercado de trabalho, ajustado aos seus valores econômicos e sem qualquer preocupação com a formação de valores pedagógicos ou políticos. Silva Júnior (1992) ressalta que o IEP, institucionalmente, “em relação aos valores político-ideológicos, mostrou-se declaradamente favorável aos governos militares, posição esta que se explica, em parte, pela posição político-ideológica assumida pela Igreja Metodista do Brasil” (SILVA JÚNIOR, 1992, p. 182).

Entretanto, nessa fase, a comunidade acadêmica e determinados setores da Igreja Metodista, ainda que minoritários, revelam seu descontentamento com o

modelo centralizador e autoritário da gestão do IEP e passam a reivindicar uma maior participação, uma gestão colegiada e baseada na construção de um projeto pedagógico. A comunidade acadêmica mostrava-se inquieta, mais politizada e crítica ao contexto, particularmente ao regime da ditadura militar instalado no País. Setores significativos da comunidade acadêmica davam assim os primeiros sinais rumo a uma Universidade que seria caracterizada pela crise, o confronto e pela insatisfação com o *status quo*, uma Universidade inquieta, incomodada e para alguns outros setores, demasiadamente incômoda.

A *terceira etapa* (1975-1978) já é propriamente a instalação da Unimep como uma Universidade e o seu primeiro reitorado.

No plano nacional, o governo Ernesto Geisel começava a acenar, ainda que timidamente, após momentos extremamente traumáticos como a morte do jornalista Vladimir Herzog e do líder operário Manuel Fiel Filho, com uma distensão “lenta, gradual e segura” do regime. Movimentos da sociedade civil organizada, dentre os quais movimentos de docentes e estudantes universitários, começavam a se rearticular, posto que haviam sido banidos para a clandestinidade na década anterior, pela repressão e perseguição política da ditadura.

Nesse período a comunidade acadêmica da Unimep já estava integrada por um conjunto significativo de docentes, cujo posicionamento ideológico era contraditório ao da administração da Universidade, conservadora, centralista e autoritária. Em 1977, fora criada a Associação dos Docentes da Unimep (Adunimep), a qual refletia o pensamento nacional dos docentes da educação superior, majoritariamente contrários ao regime militar e críticos dos reflexos que o modelo da ditadura havia infundido na gestão administrativa e acadêmica das instituições universitárias.

Essa contradição prenunciava uma resistência que resultou nos intensos protestos de professores, estudantes e parte do corpo de funcionários, com adesão de algumas lideranças externas da comunidade e mesmo de parte dos membros do Conselho Diretor do IEP, entidade mantenedora da Unimep, o que culminaria com a destituição do Reitor. Em 14 de agosto de 1978, em meio à crise, o Rev. Dr. Richard Edward Senn<sup>2</sup> foi destituído dos cargos de Diretor Geral do IEP e Reitor da Unimep.

A Unimep, pode-se dizer, já nascera, em 1975, inquieta e incomodada, marcada pelo inconformismo e pelas contestações ao *status quo*, herdeira dos movimentos que vinham crescendo desde período das Faculdades Isoladas e Integradas, mediante posicionamentos e atuação da sua comunidade acadêmica, no geral portadora de um pensamento crítico-progressista mais alinhado ao pensamento



das esquerdas, então mobilizadas em torno do fim da ditadura e da redemocratização do País.

Portanto, se nessas três primeiras etapas do desenvolvimento da instituição, até pelo menos os primeiros anos como Universidade, de um ponto de vista puramente institucional, ela se caracterizava pela adesão à ideologia vigente, já no final dessa terceira etapa a comunidade unimepiana começa a explicitar uma ruptura com as primeiras etapas e a instaurar um movimento contraideológico, utilizando-se aqui do conceito discutido pelo professor Antonio Joaquim Severino (1986).

[...] se de um lado a educação pode disfarçar – legitimando-as ideologicamente – e abrandar as contradições e os conflitos reais que acontecem no processo social, de outro ela pode também desmascarar e aguçar a consciência dessas contradições – denunciando-as criticamente, negando-lhes a legitimidade (SEVERINO, 1986, p. 96).

Na Unimep esse movimento seria construtor de uma nova relação interna, bem como dela com a comunidade no seu entorno e com a sociedade brasileira, na busca por um projeto de Universidade que fizesse sentido à sua comunidade acadêmica e às demandas da sociedade e do País, notadamente na sua região de atuação, e caracterizada pelo objetivo de formação com uma dupla competência, profissional, mas também política (SILVA JÚNIOR, 1991, p. 17-18). Isso pode ser verificado na prática universitária que mais tarde elegeu, deliberada e assertivamente, como parte fundamental do seu projeto, dar relevância e investir nas licenciaturas, portanto, na formação de professores – falava-se no início dos anos 2000 que a Unimep era a Universidade das licenciaturas, tal era a variedade de cursos e o número de alunos lá formando-se para ser professor –, ainda que esses cursos fossem menos rentáveis do ponto de vista meramente financeiro e, em alguns casos, quase completamente financiados pelo conjunto dos demais cursos, das chamadas “áreas nobres” da Universidade.

A *quarta etapa* (1978-1985), com a nomeação do professor Elias Boaventura para o cargo de Reitor, em 14 de agosto de 1978, foi marcada por uma sensível mudança no modelo da gestão acadêmico-administrativa.

Esta nova caracterização, construída pelo movimento institucional, redefiniu as relações com a academia, com a cidade de Piracicaba, com a Igreja e com o Estado. Buscando fugir do reprodutivismo imposto, através da conjuntura e da Reforma Universitária, a instituição estabeleceu relações, nos diversos âmbitos aludidos, que muitas vezes beiravam à hostilidade e à retaliação (UNIMEP, 1992, p. 18).

Nesse período, a Universidade, a começar pela opção do seu Reitor, apresentava-se como um polo irradiador de contestação mais intensa à ditadura

militar, assumindo um discurso e ações alinhadas aos movimentos populares e à periferia, contrariando as expectativas dos setores conservadores, a direita da Igreja Metodista e da sociedade. Com a Lei da Anistia (Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979); alguns professores recém-chegados do exílio foram rapidamente acolhidos nos quadros docentes da Unimep, adensando ainda mais o pensamento crítico que se formava no interior da Universidade em relação à ditadura e ao modelo de sociedade vigente. Esse pensamento crítico alavancava outros temas sociais e, sobretudo, o projeto educacional da própria Unimep, que passou a ser intensamente debatido por parte da comunidade acadêmica na busca por um sentido e de uma identidade da Universidade.

A extensão universitária e a incidência social da Universidade ganham muita força nesse período. A Unimep tendia a ser uma Universidade ativista e militante, com fortes e importantes vínculos na comunidade, especialmente na base, nos sindicatos, movimentos sociais, como o movimento de mulheres e o movimento negro, na causa ecológica da bacia do rio Piracicaba, nas lutas – quaisquer que fossem – de contestação ao regime, manifestando-se contra a tortura de presos comuns e a violência da polícia, envolvendo-se profundamente na educação popular e, particularmente, com a Associação dos Favelados de Piracicaba (Asfap), recém criada, nas lutas por urbanização das favelas, a construção de moradias e a criação do Projeto Periferia.

A Reitoria promovia na Universidade constantemente a presença de educadores, filósofos e teólogos da Libertação, alimentando assim um debate crítico e progressista, como estratégia de fomento do projeto que a Universidade perseguia. Marcaram presença na Unimep, como conferencistas ou oferecendo cursos, inúmeras personalidades, como por exemplo, Adolfo Perez Esquivel arquiteto e ativista dos direitos humanos argentino, Nobel da Paz (1980); Frei Leonardo Boff e Frei Beto; Hugo Assmann, o qual fixou residência em Piracicaba e integrou o corpo docente da Unimep por mais de três décadas; o filósofo argentino Enrique Dussel; o sociólogo Herbert de Souza – Betinho, que em 1993, lançaria o projeto Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida; dentre tantos outros agentes do campo democrático, crítico, progressista e popular, o que se constituiu, nessa época, como um eixo transversal da Universidade.

No campo da educação popular cabe destaque à presença e contribuição do educador Paulo Freire na Unimep. A partir de sua participação no Seminário Internacional de Educação Popular (1983) e no I Fórum Nacional de Educação Popular (1984), ambos realizados na Universidade, em 1984 foi lá criado o Ciclo de Debates com Paulo Freire, o qual assessorou o desenvolvimento do projeto da Universidade por algum tempo. O Ciclo de Debates tornou-se um espaço catalizador da crise e da discussão a respeito da atuação da Universidade na sociedade. O eixo

dos debates se dava em torno da educação popular, como via de ação e produção de sentido para a Universidade, mas também sofria severas críticas, pois, para um setor do corpo docente e algumas lideranças do movimento popular, a Universidade estava “contaminada” pelo “autoritarismo da estrutura universitária, evidenciando-se sua contradição com a perspectiva da ação do movimento popular” (FLEURI, 1998, p. 227).

Também nesse período a Unimep assumiu publicamente a causa da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), o que irritou setores conservadores da Igreja Metodista e do País. Na mesma linha de rompimento dos novos tempos e da luta pela redemocratização do País, incentivou e apoiou a reorganização da União Nacional dos Estudantes (UNE), tendo hospedado o 32º Congresso (1980) e o 34º Congresso (1982), ocasião em que o Prefeito João Herrmann Neto declarou Piracicaba "Território Livre dos Estudantes", como homenagem simbólica à luta estudantil. Em ambas ocasiões, embora já nos estertores da ditadura, os agentes da repressão, camuflados, organizaram uma logística de guerra com participação de elementos do Exército, Marinha e Aeronáutica, para espionar, monitorar e controlar o movimento dos estudantes, como revelado a partir da liberação dos arquivos da ditadura, no livro organizado pela jornalista Beatriz Vicentini (2014).

Essa etapa da Unimep marcou o rompimento com a ideologia dominante, que estava presente desde a fundação das Faculdades e na sua primeira etapa como Universidade. A partir desse rompimento, a Unimep fez um movimento na direção de assumir uma postura contraideológica e contrarreativista<sup>3</sup>. Com o apoio às classes e movimentos populares, começou a pavimentar o caminho rumo à reconstrução da sua identidade, a qual se tornaria, mais tarde, explicitada com toda sua radicalidade na ética valorativa fundante da PA, a “construção da cidadania como patrimônio coletivo da sociedade civil [...] compreendida como a utopia a ser buscada no universo unimepiano” (UNIMEP, 1992, p.21).

A *quinta etapa* (1986-1992) foi decorrente da grande crise institucional de janeiro de 1985 que, em síntese, culminou com uma desastrosa e intempestiva decisão do Conselho Diretor do IEP com a destituição do Reitor, professor Elias Boaventura, e do Vice-Reitor, professor Almir de Souza Maia, enquanto ambos e a maioria da comunidade acadêmica estavam em férias, seguindo-se uma intervenção da Igreja Metodista na Universidade.

Em que pese a piora da situação financeira da Universidade naqueles anos, a intervenção abrupta, autoritária e a quebra do diálogo, agravou ainda mais a situação, tornando-a propriamente uma crise política que agrediu a comunidade universitária, a cidade – particularmente os movimentos sociais que tinham íntima relação com a

Unimep – e teve desdobramentos ainda dentro da própria Igreja Metodista. Ficava evidente que a insatisfação do Conselho Diretor ia além dos problemas financeiros, mas carregava também um componente ideológico – a insatisfação com o modelo de Universidade que estava sendo estabelecido. De um lado, uma Reitoria e comunidade acadêmica com uma visão e conduta mais alinhada aos pressupostos das esquerdas políticas e, do ponto de vista religioso, da Teologia da Libertação; e, por outro lado, um Conselho Diretor de perfil mais conservador, o qual já vinha reiteradamente sendo qualificado pelos membros da comunidade acadêmica como um grupo “reacionário”.

Estava estabelecido o estopim da crise; entretanto a comunidade acadêmica e mesmos os movimentos sociais de Piracicaba não se conformaram com aquela intervenção e deflagraram um movimento que ficou conhecido como “a janeirada”. O *campus* Centro da Universidade por várias semanas foi ocupado pelo movimento, impedindo o Conselho Diretor de entrar no edifício; a tensão cresceu a ponto de ter sido requisitada a intervenção militar que só não foi concretizada pela decisiva e firme atuação de diversos agentes de notória respeitabilidade, dentre os quais o Bispo aposentado da Igreja Metodista, Rev. Osvaldo Dias da Silva, que servia nesse período na Pastoral da Universidade. Essa crise é fartamente documentada e já foi amplamente descrita e discutida em diversos trabalhos de pesquisa.

Foi então negociada uma transição como fruto de muito debate nas esferas decisórias da Igreja Metodista, tendo assumido a Reitoria da Universidade no pós-crise, o professor Almir de Souza Maia, que fora até então vice-diretor do IEP e vice-reitor da Unimep. O professor Elias Boaventura permaneceu ainda como docente e pesquisador na Universidade por cerca de duas décadas e meia.

Os anos subsequentes dessa etapa da Universidade seriam de um intenso enfrentamento da crise financeira, de busca da estabilização, de projeções para o seu crescimento e do estabelecimento das bases para definir de forma mais clara contornos do seu projeto acadêmico e sua própria identidade. A palavra de ordem desse período foi “avaliação”, e daí identificou-se a necessidade de clarificar mais os seus objetivos e de estabelecer políticas que guiassem o seu desenvolvimento. Essa etapa constituiu-se provavelmente no período da mais intensa busca por explicitar e consolidar a identidade unimepiana ou, em outras palavras, de estabelecer o seu processo de institucionalização, cujo fulcro central culminaria com a construção e aprovação da sua PA em 1992.

## **As Diretrizes para a Educação na Igreja Metodista (1982)**

Um documento emanado da Igreja Metodista que teve especial importância e serviu como suporte ideológico e inspiração para muito do movimento da PA na Unimep, no final da década de 1980, foram as “Diretrizes para a Educação na Igreja Metodista” (DEIM), aprovadas pelo seu XIII Concílio Geral em 1982. Esse documento é objeto de estudos de diversos pesquisadores da educação metodista no Brasil e já serviu de tema para dissertações e teses; portanto, não vamos entrar em detalhes de todo o processo que desencadeou a sua formação e aprovação.

Vale tão somente ressaltar que o documento abrangeu três grandes áreas ou dimensões da educação, nas quais a Igreja atua: a chamada “educação secular”, no que diz respeito às escolas de educação infantil, fundamental e ensino médio, e as escolas de educação superior; a “educação cristã” propriamente desenvolvida nas igrejas locais e congregações da denominação, destinada aos seus fiéis; e a “educação teológica” relacionada aos seminários, institutos teológicos e faculdades de teologia mantidas pela Igreja para formação dos seus quadros leigos e particularmente clérigos.

O documento em si foi elaborado por uma metodologia analítico-participativa, por diversos fóruns anteriores ao Concílio Geral. Parte da análise da realidade, da conjuntura político, social, econômica, cultural onde a Igreja se encontrava naquele momento. Seu primeiro tópico, “O que estamos vendo”, demonstrou do ponto de vista filosófico-ideológico que o modelo educativo vigente naquele momento, na maior parte da sociedade e nas próprias instituições educativas da Igreja, dava “muito mais valor às atitudes individualistas em relação à sociedade” (METODISTA, 1982, p. 35). E faz uma triste constatação em relação às escolas metodistas que haviam perdido “suas características inovadoras e passaram a ser reprodutoras da educação oficial. Esvaziaram-se, perdendo sua percepção de que o Evangelho tem também dimensões políticas e sociais, esquecendo, assim, sua herança metodista” (METODISTA, 1982, p. 35).

Segue-se um segundo tópico à luz da realidade analisada, lança a pergunta sobre “O que nos diz a Bíblia”, considerando essa realidade. Do ponto de vista bíblico-teológico concentra-se no conceito de “Reino de Deus”, como sendo a utopia que move a Igreja e tudo que se relaciona com ela, portanto, também a educação por ela desenvolvida e as suas escolas. Essa utopia aponta para busca concreta de mudanças para os seres humanos e as relações sociais, rumo a uma sociedade igualitária para todos, permeada por justiça, direito e paz.

Então, num tópico seguinte, “Algumas considerações das quais devemos nos lembrar”, o documento reconhece a filosofia de corte liberal, até então vigente nas suas escolas, cujas características eram de: “preocupação individualista com a ascensão social; acentuação do espírito de competição; aceitação do utilitarismo

como norma de vida; colocação do lucro como base das relações econômicas” (METODISTA, 1982, p. 38). A partir dessa constatação, lança um tremendo desafio para uma Igreja que estava vivendo a abertura de novos tempos na sociedade brasileira, no início dos anos 1980, com os anseios e lutas pela reabertura democrática e na esfera teológica inspirada pela florescente Teologia da Libertação. O documento então preconiza que se esperava estabelecer uma nova prática educativa na Igreja e nas suas escolas, guiada por valores que:

[...] desenvolvam consciência crítica da realidade; compreendam que o interesse social é mais importante que o individual; exercitem o senso e a prática da justiça e solidariedade; alcancem a sua realização como fruto do esforço comum; tomem consciência de que todos têm direito de participar de modo justo dos frutos do trabalho; reconheçam que, dentro de uma perspectiva cristã, útil é aquilo que tem valor social (METODISTA, 1982, p. 38-39).

Por fim, o documento apontava para a ação, propondo “O que devemos fazer”, por meio de objetivos para a ação educativa em cada uma das dimensões de sua atuação (educação secular, educação cristã e educação teológica). Em todos os casos o objetivo geral era o de romper com a filosofia liberal que até então embasava o seu quefazer educativo. Para a educação secular foram aprovadas seis recomendações que seriam foco de atenção pelas escolas, faculdades e universidade, nos anos seguintes:

1. O ensino formal praticado em nossas instituições não se limitará a preparar para o mercado de trabalho, mas, além disso, igualmente, deverá despertar uma percepção crítica dos problemas da sociedade.
2. As instituições superarão a simples transmissão repetitiva de conhecimentos, buscando a criação de novas expressões do saber, a partir da realidade e expectativa do povo.
3. Terá prioridade a existência de pastorais escolares que atuem como consciência crítica das instituições, em todos os seus aspectos, exercendo suas funções profética e sacerdotal dentro e fora delas.
4. Toda a prática das instituições se caracterizará por um contínuo aperfeiçoamento no sentido de democratizar cada vez mais as decisões.
5. Os órgãos competentes farão com que essas diretrizes sejam cumpridas em suas instituições.
6. As instituições participarão em projetos da Igreja compatíveis com suas finalidades estatutárias, atendendo aos fins da Missão (METODISTA, 1982, p. 41-42).

No conjunto dessas recomendações, podem ser encontrados elementos pelos quais facilmente se estabelecem conexões com a reflexão e a prática unimepiana daquela década, particularmente se considerada a filosofia e a cosmovisão exaradas nos documentos fundamentais da Unimep, como a sua PA e as demais políticas

particulares dela derivadas. Tal afirmação está baseada em análise comparativa das DEIM – documento produzido pela Igreja – e da PA da Unimep – documento produzido pela comunidade acadêmica –, disponível na mencionada tese (CARDOSO, 2016, p.125-127).

## O processo de construção Política Acadêmica

A prévia incursão histórica que apresentamos teve por finalidade demonstrar a tradição educacional de mais de dois séculos e meio, na qual se inscreve a Unimep, desde o surgimento do movimento metodista vinculado com a educação. Também, o estudo das etapas de desenvolvimento da Universidade, a partir da criação dos primeiros cursos superiores em 1964, ofereceu uma visão geral do movimento que a instituição fez, por meio das suas lideranças e da comunidade acadêmica. Como vimos, a instituição transitou desde uma adesão à ideologia dominante e ao *status quo* vigente, caracterizada por uma gestão acadêmico-administrativa autoritária, conservadora, centralizadora e um modelo pedagógico tecnicista, até o rompimento com aquele modelo, explicitando a inconformidade da comunidade acadêmica da Unimep, resultando num novo momento de caráter mais contraideológico e contrarreativista, passando por uma fase com maior ativismo comunitário e incidência social, permeada sempre por crises e inquietação da sua comunidade.

Contudo, considerando o núcleo da nossa pesquisa no processo de institucionalização e no movimento de construção da PA da Universidade, vamos a partir desse ponto procurar descrever esse processo, o qual compreende mais precisamente o período de 1989-1992, embora induzida e alimentada pelas condições geradas em períodos anteriores e com ressonâncias decisivas para as décadas seguintes do seu desenvolvimento.

Destacamos que, antes do estabelecimento da PA na Unimep, que veio a constituir-se como uma espécie de espinha dorsal da Universidade, algumas iniciativas de institucionalização já haviam provocado o surgimento de outras políticas estruturantes particulares. Nos referimos aqui ao Estatuto do Magistério Superior (1987), que foi considerado como política de formação e fixação da carreira docente, num tempo em que a rotação do corpo docente era um desafio na Unimep, quando os quadros de mestres e doutores era muito limitado e não havia atratividade de permanência na instituição, razão por que muitos docentes alcançavam sua titulação por esforço próprio, participavam de concursos em outras universidades e rapidamente deixavam a Unimep. Também podemos mencionar que, antes mesmo da PA, a Unimep já havia criado em 1988, um Fundo de Apoio à Pesquisa (FAP), no mesmo contexto do estímulo à carreira docente e à fixação de quadros acadêmicos de melhor nível. Em ambos casos, posteriormente à aprovação da PA (1992), essas

políticas particulares sofreram readaptações e renovação, vinculando-as aos princípios basilares da PA.

A respeito do processo de construção da PA, os documentos analisados e os depoimentos colhidos em entrevistas revelaram que essa iniciativa constituiu-se num processo e movimento institucional, com a plena participação da maioria do corpo docente, das lideranças docentes, estudantis e do quadro de funcionários técnicos, que representavam os anseios da coletividade da Universidade, apoiados de modo decisivo pela vontade política da Reitoria (SILVA JÚNIOR et al., 1991, p. 10).

O início do processo é destacado em alguns documentos como tendo sido o Seminário Pedagógico de 1989, cujo assunto central fora o da avaliação institucional. O debate desde cedo começara a apontar para a necessidade de realizar tal avaliação, contudo, referenciada numa política. Entretanto, não havia até então uma PA estabelecida na universidade. Como registra Silva Junior (1991), “devido à evolução política da comunidade acadêmica sobre a questão e à mudança do CEPE<sup>4</sup>, o trabalho deste colegiado e de suas comissões colocou a necessidade de uma avaliação institucional referenciada em uma Política Acadêmica objetiva” (SILVA JÚNIOR et al., 1991, p. 9).

As fontes revelaram também muitos indícios que nos levam a reconhecer que, em realidade, esse anseio da comunidade unimepiana por estabelecer uma PA já vinha de mais tempo, ou seja, muito antes da iniciativa do Seminário de 1989. Esse anseio está presente nos debates internos da *quarta etapa* de desenvolvimento da instituição (1978-1985). Está latente e subsumido nos debates das crises de 1978 e 1985. Ou seja, não era algo novo surgido ao acaso, mas vinha permeando a discussão e os anseios da comunidade acadêmica desde muito. A comunidade vinha ansiando por definir a razão de ser da Unimep e por clarificar seus objetivos e sua identidade, de modo que fizesse sentido para a própria comunidade e seu labor acadêmico. Em que pese que, do ponto de vista formal, esses objetivos da Universidade já estivessem expressos no seu Estatuto. Contudo, o que se depreende do movimento é que a comunidade acadêmica, desde as etapas anteriores já com comportamento inquieto e inconformado, queria mais do que o formalmente estatuído, para além de um documento burocrático, algo que lhe fizesse sentido ao quefazer da Universidade e correspondesse aos interesses da coletividade.

Aliás, nos debates da comunidade acadêmica nos anos 1980, é possível constatar acaloradas discussões e reflexões filosóficas, sociológicas e políticas com relação a determinados aspectos dos objetivos presentes no Estatuto. Por exemplo, instalou-se uma discussão a respeito do que significava e como seria viabilizado o “preparo cívico e espiritual” e “de acordo com os princípios cristãos”, constante do primeiro objetivo: “o preparo intelectual, físico, social, cívico e espiritual, de acordo



com os princípios cristãos” (UNIMEP, 1988, p. 1). Ou ainda, questionamentos surgiam sobre o que significava no contexto brasileiro e regional a Universidade atuar “no processo de desenvolvimento” e tomar “consciência dos problemas regionais, nacionais e internacionais”, especialmente no viés ativista e da cultura popular, adotado na Unimep entre os anos 1978-1985.

Nos anos seguintes (1990-1991) foram realizados o primeiro e o segundo Fórum de Política e Avaliação Acadêmica, cujas características fundamentais continuavam sendo o envolvimento coletivo-participativo-dialético (em sentido radicalmente democrático), mediante o que se estabelecia um conceito operativo e uma metodologia do trabalho própria da comunidade unimepiana, que viria alimentar a formulação de sua PA. O relatório final do primeiro Fórum registra:

Estava claro para o mesmo colegiado que a Política Acadêmica deveria ser dinâmica e resultar de um processo de construção onde as instâncias constituidoras da estrutura universitária tivessem participação. [...] Deve construir-se sustentada em discussões internas, decorrentes de posições antagônicas no interior da academia e tendo como conteúdo a integração de políticas particulares (Ensino, Pesquisa, Extensão e Capacitação Docente) e a sua contextualização na conjuntura social. [...] Por isso, ela deve ser construída pela comunidade, começando na liderança acadêmica e se expandindo pela UNIMEP, em etapas configuradas, em constante movimento, dando conta das mudanças internas e externas à Instituição (SILVA JÚNIOR et al., 1991, p. 9, 13).

Um fato importante que deve ser recordado é que o Seminário Acadêmico do início de 1990 (15 e 16 de fevereiro), parte integrante do processo do Fórum de Política e Avaliação Acadêmica, no contexto dessas discussões sobre avaliação e construção de uma identidade para a Unimep, já se havia lançado uma pista decisiva para alcançar o objetivo e responder a pergunta pela razão de ser da Universidade, embora isso ainda teria que amadurecer. Foram convidados para assessorar o seminário os professores Flávio Wolf de Aguiar, do curso de Letras e Literatura da Universidade de São Paulo (USP) e presidente da Associação dos Docentes da mesma Universidade, e a professora Isabel Franchi Capelletti, do curso de Pedagogia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Na fala do professor Aguiar, foi ele que trouxe, pela primeira vez na Unimep, a expressão-conceito que se lhe tornaria tão caro, da “construção da cidadania enquanto patrimônio coletivo da sociedade civil”. A “construção da cidadania” parecia oferecer uma síntese de tudo o que coletividade unimepiana buscara por anos, passando pelo inconformismo com a realidade cindida da sociedade e uma Universidade que carecia de sentido nesse contexto. Entretanto esse conceito ainda permaneceu latente, carecendo de mais discussão e assimilação pela comunidade unimepiana.

O segundo Fórum continuou na mesma linha. A metodologia para a construção de um “Documento-base de Política Acadêmica” contou com plena participação de todas as comissões do CEPE que apresentariam sínteses sobre sua caminhada para discussão do coletivo, capilarizada em cada curso, e seria elaborada uma síntese que refletisse o lugar epistemológico de reflexão para a construção do que eles qualificaram como a “Constituição da Universidade Metodista de Piracicaba”. Como registra Silva Junior (1991):

A proposta em si, originada do colegiado, era o reflexo coletivo de um novo pensar institucional que, no interior de um processo de institucionalização, buscava colocar a identidade unimepiana – construída coletivamente dentro dos limites organizativos da comunidade – no âmago do movimento institucional. Mais uma vez, a iniciativa era da liderança acadêmica. Novamente também, a vontade política da Reitoria era favorável à sistematização e explicitação dos valores da UNIMEP (SILVA JÚNIOR et al., 1991, p. 50).

Essa constante busca da comunidade unimepiana por compreender sua identidade e sistematizar sua PA, como já mencionamos, desde as primeiras etapas institucionais vinha se revelando como no resultado de “uma Universidade marcada pelo inconformismo”, que perseguia sua utopia de tornar-se “verdadeiramente uma Universidade” (SILVA JÚNIOR et al., 1991, p. 4), conforme se referiu o Reitor Almir de Souza Maia no documento de síntese dos Fóruns de 1990-1991. O “inconformismo” unimepiano se tornou uma categoria central de análise para a nossa pesquisa.

A expressão “inconformismo”, em diversos documentos analisados no decorrer da pesquisa, aparece com a intencionalidade de caracterizar a postura da comunidade acadêmica da Unimep e, portanto, podemos dizer, dela mesma como Universidade, constituindo-se em aspecto importante do seu DNA e da identidade unimepiana.

Essa categoria tem sido discutida no âmbito da “teoria crítica” (ADORNO, 1995. PUCCI; ZUIN; LASTÓRIA, 2010) e considera que uma educação emancipatória, “deve voltar-se para a contradição, [e] para a resistência” (CORREIA, 2015, p. 59), tal qual desejou a comunidade acadêmica da Unimep, cuja síntese ficou expressa na categoria central da PA, ou seja, a de ser uma Universidade, cuja identidade e razão de ser fosse fundamentalmente a “construção da cidadania como patrimônio coletivo da sociedade civil” (UNIMEP, 1992, p.21).

No segundo Fórum (1991), um docente bem sintetizou a ideia do “inconformismo” que caracterizava a Unimep, e que possivelmente era sentimento majoritário de sua coletividade:

[...] o nosso inconformismo tem uma característica básica: nós não concordamos com a organização estrutural desse país [sic], com os desníveis sociais que estão aí, com a distribuição das riquezas de maneira injusta e indecente que nós temos nesse país [sic], de modo que, a partir daí, esse compromisso social, político tem sido o básico para a discussão da educação (SILVA JÚNIOR et al., 1991, p. 65).

No segundo Fórum (1991) reapareceu a referência à “construção da cidadania” como a “utopia da Política Acadêmica”; entretanto, como já mencionado, o conceito ainda carecia de amadurecimento e era considerado uma tese aberta. Contudo, o impacto que a descoberta desse conceito resultou, ao longo daquele ano, estimulou e induziu a sua incorporação nos discursos e documentos que foram sendo elaborados pelo movimento institucional. Todavia, havia uma preocupação com a possibilidade de desgaste daquela síntese, pelo seu uso no senso comum, sem que conseguisse alcançar uma incidência mais concreta na prática da instituição:

Se, por um lado, esta utopia tenta qualificar a identidade institucional na forma colocada, por outro, de tanto usado no senso comum, pode tornar-se uma panacéia [sic], um remédio para todos os males, um discurso para todas as mesmas práticas, num país [sic] onde conservar significa condenar à não-cidadania um número maior de brasileiros a cada dia (SILVA JÚNIOR et al. 1991, 59).

A tese aberta da construção da cidadania precisava ser qualificada, personificada, localizada e *contemporanizada*. O que significava “construir cidadania”? Com quem ou para quem construí-la? Onde construir? Quando construir? Eram perguntas que tocavam o âmago da necessidade de esmiuçar o conceito de modo que ele pudesse encontrar meios e formas de incorporar-se às práticas da Universidade, transformando-se de um valor proclamado em valor realizado.

Isso tocava na questão da relação da Universidade com a sociedade, com a realidade e a historicidade. E, portanto, para a compreensão do que representaria essa utopia da PA, conclui-se que seria necessário enfrentar outras perguntas: “o que é Universidade?” e “o que é realidade?”. O problema é que a resposta do senso comum colocaria o risco de ficar na periferia do assunto, sem ir ao seu “concreto”, sendo apenas um discurso sem compromisso com o empiricamente vivido, como já alertara Saviani:

As respostas comuns poderiam ser ilustradas da seguinte maneira: “é o lugar da alta cultura”, “reunião de escolas da ordem mais elevada cujo ensino abrange todos os ramos da Instituição Superior”, “organização destinada ao ensino superior, composta de número variável de escolas ou faculdades”; “instituição destinada à conservação, criação, transformação e transmissão de

cultura”. Respostas desse teor poderiam ser multiplicadas ao infinito (SAVIANI, 1980, p. 72).

Por essa razão, a pergunta deveria ser formulada de outra maneira, “como é construída a Universidade?” E a resposta para tal pergunta deveria referenciar-se também na realidade, para não cair nos equívocos abstratos. Assim, conclui-se que “o concreto da Universidade só poderá vir à compreensão quando colocada na sua relação com a realidade” (SILVA JÚNIOR et al. 1991, p. 63). Mas, mesmo assim, corria-se o risco de a resposta cair no abstrato ao serem ignoradas as condições objetivas da construção da realidade, da existência, ignorando, portanto, “a história como produto da relação transformadora e construtora do homem com o mundo” (SILVA JÚNIOR et al. 1991, p. 63). Destarte, a pergunta deveria ser novamente substituída por: “como é construída a realidade humana em seu conjunto?” (SILVA JÚNIOR et al. 1991, p. 63).

O Fórum concluía que num contexto em que a cidadania é negada à maioria das pessoas, não se tratava de “resgatar” a cidadania, porque, para a maioria dos (não)cidadãos, ela nunca existiu, era necessário construí-la. Então, a Unimep precisaria enfrentar-se e encontrar meios para superação de sua própria contradição:

[...] a universidade, enquanto instituição, é produzida como expressão do grau de desenvolvimento da sociedade em seu conjunto; então, nas condições em que vigora o modo capitalista de produção da existência humana, a universidade concreta sintetiza as múltiplas determinações características do desenvolvimento que aí se processa. E dado que a realidade humana, nessas condições, aparece cindida, a universidade exprime também, à sua maneira, a referida cisão (SAVIANI, 1980, p. 73).

Considerando o reconhecimento dessa cisão na realidade social e que se exprime também na Universidade, a Unimep precisou aprofundar a reflexão coletiva, plural e democrática a respeito de como enfrentar e equacionar suas próprias contradições. Tratava-se de uma Universidade privada, comunitária e confessional, mas que insistia em afirmar-se portadora de um espírito público, que queria pautar-se por uma ética valorativa de “construção da cidadania” nas suas práticas acadêmicas. Como então resolver, por exemplo, a contradição entre a natureza privada e o espírito público, que sua comunidade esboçava, ou como resolver o problema entre uma possível reprodução da ideologia vigente e o objetivo de construir cidadania?

Concluiu-se então que a Política Acadêmica baseada nessa utopia somente teria chance de se realizar se encontrasse concretude e materialização no projeto pedagógico, pelo reconhecimento daquelas contradições e a construção dialética de consensos que levassem em conta uma pluralidade ideológica e que tivesse como fim

o desaparecimento da cisão estrutural da realidade humana, conforme registrou o relatório do Fórum de 1991 (SILVA JÚNIOR et al., 1991, p. 68).

A PA da Unimep fundou-se numa definição radical que passou a expressar a razão de ser da Universidade, segundo o entendimento da coletividade unimepiana, pautada numa ética valorativa que preconizava o seu foco na “construção da cidadania como patrimônio coletivo da sociedade civil [...] compreendida como a utopia a ser buscada no universo unimepiano” (UNIMEP, 1992, p.21).

Um pouco mais tarde, o movimento da metodologia da Inovação Curricular (UNIMEP, 1994) procuraria responder a esse dilema. A inovação curricular partia da compreensão de que currículo não tem a ver somente com conteúdo, mas engloba a realidade, mais amplamente, em sua complexidade e múltiplas exigências, ou seja:

Uma nova visão dos conteúdos supõe uma visão de currículo como uma atividade prática, socialmente construída e historicamente formada, em oposição a uma visão clássica de currículo como tendo função de prescrever objetivos, métodos e conteúdos. Ao destituir o currículo deste papel de mero rol de conteúdos, é necessário compreender que lhe estamos outorgando o status de realidade que reflete a própria realidade. Ou seja, é no currículo que se representam todos os sistemas de interesse que constituem a sociedade (econômicos, políticos, religiosos e sociais). Se a relação de forças entre estes interesses se modifica, o currículo das escolas sofre o mesmo tipo de influências ou pressões para modificar-se, já que este é, antes de tudo, uma práxis. (...) Esta visão de currículo pressupõe também uma visão da educação como um fenômeno basicamente social. (UNIMEP, 1999, p. 16).

Nesse sentido, era necessário então observar e compreender os processos sociais relacionados direta ou indiretamente com o curso, para considerar as alterações que viessem a atender aos objetivos da intervenção social adequada para alcançar mudanças pretendidas. Também, o suposto dessa construção era o trabalho coletivo-participativo-dialético, democraticamente dialógico, fundamentando-se nos valores da PA.

Um dos parâmetros adotados para os cursos foi então a escolha de “valores-guia” que estabelecessem mediações entre o científico (a área de saber) e o político (o projeto de sociedade ao qual a Universidade se vincula). Os valores-guia deveriam ser “compatíveis com as referências da área de saber específica e que tenham, ao mesmo tempo, potencialidade para fazer convergir, dando rumo e orientação, todas as ações do Curso, sobretudo aquelas relacionadas às definições curriculares” (UNIMEP, 2002, p. 15).

A descoberta do “valor-guia” do curso, que ao mesmo tempo deveria referenciar-se na PA, na especificidade epistemológica do curso e em todas as suas ações, bem como, na necessidade da sociedade em relação àquela área de saber – e isso englobava a necessária competência técnica e política –, se tornou um exercício rigoroso e interessante, mas, ao mesmo tempo, de grande dificuldade para vários cursos. Em alguns casos, “a proposta levou anos para ser compreendida, apropriada pelos professores e, de alguma maneira, estendida ao cotidiano dos cursos” (ELIAS, 2009, p. 84).

Também devemos ressaltar que, com a implantação da PA a partir de 1992, o processo de institucionalização da Unimep ganhou mais força e continuaria aprimorando-se na formulação e implantação de outras políticas particulares e transversais, dela derivadas. Listamos as seguintes: a Política Editorial, em 1992; a Política de Capacitação Docente, em 1993 (que de veio a incorporar o antigo Estatuto do Magistério Superior da Unimep, que estimulava a progressão na carreira fundamentalmente baseado em formação dos quadros do magistério, produção de conhecimentos – pesquisa, e indução dos novos conhecimentos na comunidade – extensão); em 1994, a aprovação e implantação da Metodologia de Inovação Curricular, acima mencionada; a Política de Pesquisa, em 1995, que dois anos depois, em 1997, foi alterada para Política de Apoio à Pesquisa, incorporando o FAP; o Programa de Avaliação Institucional da Universidade, em 1998; a Política de Extensão, em 1998, e decorrente criação do Fundo de Apoio à Extensão (FAE); também em 1995 foi criado o Fórum das Licenciaturas, que derivou na Política para as Licenciaturas, em 1998; e a Política de Biblioteca, em 2000.

## Considerações finais

Como procuramos demonstrar, de acordo com as análises resultantes dos dados, utilizado o método analítico da Teoria Fundamentada nos Dados, as categorias centrais que explicam o movimento de institucionalização da Unimep e de construção da sua PA, foram: o “inconformismo” da sua comunidade acadêmica, o método empregado no processo, “coletivo-participativo-dialético”, e a própria ética valorativa adotada como eixo central da PA, a “construção da cidadania”. Essas categorias conceituais, articuladas, podem explicar e permitem compreender o processo e movimento da PA da Unimep e construção de sua identidade e razão de ser da Universidade, conforme a proposição teórica exploratória.

O inconformismo que marcou a academia unimepiana em relação ao *status quo* de uma sociedade cindida e, portanto, também da própria Universidade reprodutora dessa ideologia, cresceu ao longo das etapas de desenvolvimento da

instituição, culminando num momento oportuno para alcançar uma síntese. Pelo exercício radical do método coletivo-participativo-dialético, do debate e da construção comunitária a comunidade acadêmica identificou a ética-valorativa da sua razão de ser, na “construção da cidadania enquanto patrimônio coletivo da sociedade civil”, constituindo-se essa afirmação e prática na espinha dorsal dessa Universidade e sua mesma identidade, capilarizada no todo do labor universitário.

Na última década, contudo, a comunidade acadêmica histórica da Unimep começou a sofrer uma transição, para muitos, violenta, gerando um esvaziamento das suas lideranças. Seja pelas inúmeras demissões de docentes, seja pelas aposentadorias antecipadas ou pelo desligamento voluntário nos quadros docentes. Parece que, nesse período mais recente, um certo cansaço e desânimo da luta tem se abatido sobre essa comunidade – o que pode ser explicado, ao que parece. Tem crescido hegemonia de um modelo de desconstrução da Universidade democrática, contraideológica e contrarreativista, ganhando terreno um modelo neoliberal, privatista e mercantilista, o que sem dúvida descaracteriza a Unimep e desconsidera sua história. Entretanto, essa etapa do desenvolvimento não foi objeto de nosso estudo, embora possa servir muito bem para estabelecer novas hipóteses e vertentes de investigação.

Cabe ainda registrar que todo esse movimento que denominamos processo de institucionalização da Unimep, construído de modo democrático, coletivo-participativo-dialético, bem como, os resultados dele advindos chamaram atenção e tiveram repercussão externa, considerando a nova performance e a qualidade conferida ao processo acadêmico da Unimep, a partir de 1992. Seu movimento ultrapassou os seus próprios limites. Pela atuação de diversos agentes que eram líderes na Unimep e também participavam em outros âmbitos externo, como foi o caso das contribuições do Reitor Dr. Almir de Souza Maia no Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub), na Associação Brasileira de Instituições Comunitárias de Educação Superior (Abruc) e em outras organizações nas quais foi compartilhada a experiência da Unimep. Também o Vice-Reitor Acadêmico, Dr. Ely Eser Barreto César, um dos principais articuladores do movimento da PA, tendo em vista o reconhecimento por sua experiência com as políticas desenvolvidas e implementadas na Unimep, foi designado pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação (ForGRAD) para coordenar o grupo que elaborou o documento da Política Nacional de Graduação (2003-2004) e, posteriormente, também contribuiu na assessoria do Ministério da Educação (MEC) para a elaboração do Plano Nacional de Graduação (SOUZA, 2014). Da mesma forma, no Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária (ForExt), a Unimep foi protagonista desde a fundação desse fórum, tendo em vista a reconhecida trajetória extensionista dessa Universidade e os avançados estágios que havia conseguido com sua Política de Extensão e o Fundo de Apoio à Extensão. Em todos esses espaços, e em muitos outros, a

experiência da Unimep foi compartilhada, teve um bom nível de repercussão e ofereceu efetivas contribuições à educação superior brasileira.

A história desse tempo permanece como exemplar das possibilidades de contribuição acadêmica, política e social das universidades comunitárias, quando capazes de articular a sua comunidade interna em processos de constante reflexão e reconstrução, guiadas por valores institucionais que possam ser definidos de modo democrático. Ao mesmo tempo, os vínculos com a comunidade externa mostraram-se, no caso da Unimep, determinantes de definições e práticas que dela fizeram uma Universidade diferenciada e de espírito efetivamente público.

## Referências

CARDOSO, Luis de Souza. **A Identidade da UNIMEP no movimento de sua Política Acadêmica** - uma Teoria Fundamentada nos Dados, 273 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2016.

ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. 3ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

CORREIA, Fábio Caires. **Universidade e Inconformismo: a crítica ao pensamento instrumental**. 95 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade de Sorocaba, Sorocaba, 2015.

ELIAS, Beatriz Vicentini. **Além das crises, esperança: Almir de Souza Maia - Educação como compromisso**. 2ed. Piracicaba: Equilíbrio, 2009.

FLEURI, Reinaldo Matias. **Educação popular e Universidade: contradições e perspectivas emergentes nas experiências de extensão universitária em educação popular da Universidade Metodista de Piracicaba (1978-1987)**. 386 f. Tese (Doutorado em Filosofia da Educação) – Departamento de Filosofia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1988.

JOSGRILBERG, Rui de Souza. Notas para uma filosofia de inspiração wesleyana: nos 300 anos do nascimento de John Wesley – 1703-2003. In: **Revista de Educação do Cogeime**. Piracicaba: Cogeime, v. 12, n. 23, p. 61-70, 2003. Disponível em: <<http://www.cogeime.org.br/revista/cap0523.pdf>>. Acesso em: 3 nov. 2015.

METODISTA. Diretrizes para a Educação na Igreja Metodista. In: **Plano para a Vida e Missão da Igreja Metodista**. Piracicaba: Unimep, 1982.

NASCIMENTO, Amós. John Wesley, o Iluminismo e a educação metodista na Inglaterra. In: **Revista de Educação do Cogeime**. Piracicaba: Cogeime, v. 12, n. 22, p. 89-104, 2003. Disponível em: <<http://www.cogeime.org.br/revista/cap0622.pdf>>. Acesso em: 3 nov. 2015.

NETTO, Cecílio Elias. **Ousadia na educação: a formação da Unimep**. Piracicaba: Unimep, 1994.



OLIVEIRA, Cleiton de. **Análise crítica de uma experiência universitária**: o caso da Universidade Metodista de Piracicaba. 340 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Mestrado em Educação, Universidade Metodista de Piracicaba, 1983.

PUCCI, Bruno; ZUIN, Antonio Alvaro Soares; LASTÓRIA, Luiz Antonio Calmon Nabuco (Orgs.). **Teoria crítica e inconformismo**: novas perspectivas de pesquisa. Campinas: Autores Associados, 2010.

SCHÜTZER, Darlene Barbosa. **Universidade Metodista**: sonhos e descaminhos. 189 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Metodista de Piracicaba, 2005.

SAVIANI, Demerval. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. 8ed. São Paulo: Cortez – Autores Associados, 1980.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Educação, ideologia e contra-ideologia**. São Paulo: E.P.U., 1986.

SGUISSARDI, Valdemar. A universidade neoprofissional, heterônoma e competitiva. In: **26ª Reunião Anual da ANPEd** – Novo Governo. Novas Políticas? GT 11 - Política da Educação Superior. 2003. Disponível em <<http://www.anped.org.br/26/trabalhos/valdemarsguissardi.rtf>>. Acesso em: 30 nov. 2015.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis, et al. **Em busca de uma Política Acadêmica** – Documentos finais dos Fóruns de Política e Avaliação Acadêmicas de 1990 e 1991. Piracicaba: Unimep, 1991.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis. **A formação da Universidade Metodista de Piracicaba**: um estudo histórico sobre administração universitária. 266 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Estudos Pós-graduados em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1992.

SOUSA, Vera Lúcia Puga. **Plano Nacional de Graduação**: versão conclusiva. Brasília: ForGRAD, 2014. Disponível em <[http://media.wix.com/ugd/4bbc32\\_0997b657017340adb28e8eb92df1f1bd.pdf](http://media.wix.com/ugd/4bbc32_0997b657017340adb28e8eb92df1f1bd.pdf)>. Acesso em: 13 abr. 2015.

UNIMEP. **Estatuto da UNIMEP**. Piracicaba: Unimep, 1988.

\_\_\_\_\_. **Política Acadêmica**. Piracicaba: Unimep, 1992.

\_\_\_\_\_. **Inovação Curricular** – Uma metodologia para orientar os cursos e suas práticas acadêmicas. Piracicaba: Unimep, 1994.

\_\_\_\_\_. **O processo de construção da Política de Ensino da UNIMEP** – Histórico. Piracicaba: Unimep, 2002.

VICENTINI, Beatriz (Org.). **Piracicaba, 1964** – O golpe militar no interior. Piracicaba: Editora UNIMEP, 2014.

## NOTAS

- <sup>1</sup> A referida tese foi orientada pela Professora Doutora Roseli Fischmann.
- <sup>2</sup> Missionário Estadunidense servindo no Brasil desde os anos 1950; antes de vir para a Unimep serviu no Colégio Couto Magalhães, Anápolis, GO, e na Associação Educativa Evangélica (AEE), entidade precursora e mantenedora do atual Centro Universitário UniEvangélica.
- <sup>3</sup> Empregamos aqui o conceito elaborado por Pierre Bourdieu e Jean Claude Passeron, da educação como reprodutora da ideologia vigente na sociedade e do *status quo*, porém no sentido negativo.
- <sup>4</sup> Conselho de Coordenação de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE).

## Sobre o autor:

**Luis de Souza Cardoso** é Doutor em Educação, Política e Gestão Educacionais, *summa cum laude*, pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), 2016. Realizou estágio sanduíche (PDSE-CAPES) no Instituto Jurídico Interdisciplinar da Faculdade de Direito da Universidade do Porto, Portugal, 2015. Mestre em Ciências da Religião, Teologia e História, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da UMESp, 2001. Bacharel em Teologia pela Faculdade de Teologia da Igreja Metodista (1990). Atualmente atua como professor e consultor para Development Associates International (DAI), desde 2009; consultor de Global Ministries of The UMC, para programas na América Latina e no Caribe, desde 2020.

*Recebido em junho de 2020*

*Publicado em agosto de 2020*